



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020

Processo Administrativo nº 23205.003143/2020-24

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 09/2020

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representada pelo Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura **ROSÂNGELA FRASSAO BONFANTI**, nomeada pela Portaria nº 589 de 1 de junho de 2020, publicada no D.O.U de 2 de junho de 2020, portadora da matrícula funcional nº 1952035, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2020**, publicada no D.O.U. 22/05/2020, **processo administrativo nº 23205.003143/2020-24**, RESOLVE registrar os preços da empresa **NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA**, CNPJ: **78.662.848/0001-73** indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de gases especiais, medicinais, industriais, gás GLP, nitrogênio líquido e recarga de CO2 para os Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul**, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do Edital de **Pregão Eletrônico nº 09/2020**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
7	Carga de Dióxido de Carbono (CO2), 25kg Gás incolor, inodoro, liquefeito a altas pressões e ligeiramente ácido. Conhecido também como anidrido carbônico ou gás carbônico. Acondicionado na forma liquefeita, pressão de vapor de 58,3 kgf/cm2 a	R\$ 4,00	kg	150	R\$ 600,00

	21 °C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,0 %. OBS: a empresa fornecedora do produto deverá fornecer o cilindro em comodato. 1 unidade corresponde a 1 carga para cilindro de CO2 de 25kg.				
8	Carga de Gás Especial Analítico: Acetileno 2.8 Carga de gás especial acetileno (C2H2) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. Fornecido em cilindro em comodato com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.	R\$ 115,00	Kg	27	R\$ 3.105,00
13	Carga de Dióxido de Carbono (CO2) - 2kg Gás incolor, inodoro, liquefeito a altas pressões e ligeiramente ácido. Pressão de vapor de 58,3 kgf/cm2 a 21 °C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,0%. 1 unidade corresponde a 1 carga para cilindro de 2kg de CO2.	R\$ 18,00	UNID	3	R\$ 54,00
22	Carga de Gás Especial Analítico: Acetileno 2.8 Carga de gás especial acetileno (C2H2) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: Nº CAS: 74-86-2, Nº ONU: 1001. Fornecido em cilindro em comodato com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.	R\$ 125,00	Kg	9	R\$ 1.125,00
25	Carga de Gás Nitrogênio 5.0 Analítico pureza mínima: 99,999%, fórmula química N2, massa molecular 28,96 g/mol, número de referência química CAS 7727-37-9;	R\$ 53,00	M³	10	R\$ 530,00

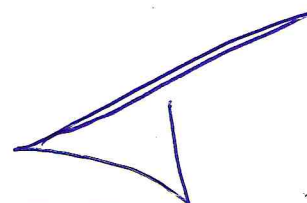
Leonor

	fornecido em cilindro tipo T, para ser acoplado em linha de gases, com no mínimo 7,0 e no máximo 10,0 m ³ de volume. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. Obs: O cilindro deverá ser fornecido em forma de comodato.				
32	Carga de Nitrogênio Medicinal Carga de Nitrogênio Medicinal, Gás comprimido, nome nitrogênio, em m ³ , aspecto físico inerte, incolor, inodoro, fórmula química N ₂ , massa molecular 28,96, grau de pureza teor mínimo 99,5% V/V, característica adicional uso medicinal, número de referência química CAS 7727-37-9.	R\$ 19,11	M ³	40	R\$ 764,40
33	Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal (O ₂) Carga de Oxigênio Gasoso Medicinal, gás incolor e inodoro. Grau de pureza mínima de 99,5 %, símbolo O ₂ . Contendo não menos de 99,5% v/v de oxigênio. A 20°C e numa pressão de 101kpA, 1 volume dissolve em 32 volumes de água (EP 5,0). Não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988. Produto sem efeito tóxico. cilindro de 40 L = carga de 8 m ³	R\$ 16,08	M ³	400	R\$ 6.432,00
34	Carga de Dióxido de Carbono (CO ₂) - 2kg Gás incolor, inodoro, liquefeito a altas pressões e ligeiramente ácido. Pressão de vapor de 58,3 kgf/cm ² a 21 °C. Limite de tolerância do produto de 3900 ppm, pureza de 99,0%. 1 unidade corresponde a 1 carga para cilindro de 2kg de CO ₂ .	R\$ 18,21	UNID	3	R\$ 54,63

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**.

3.2. Não houveram Órgãos/Entidades interessados em Participar deste Certame.



DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desu

A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

descumprir as condições da ata de registro de preços;

não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes .



Chapecó/SC, 19 de junho de 2020.



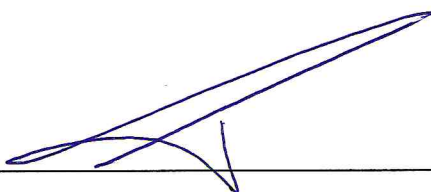
CESAR AUGUSTO DI DOMENICO
Slape nº 1943664 CRA/SC nº 20.524
Pró-Reitor de Administração e
Infraestrutura PRA/ID - em exercício
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Em exercício



NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA

Sócio(a)-Administrador(a)